



Caracterização dos serviços de acolhimento institucional de crianças e adolescentes no território da Grande Aracaju, Sergipe, Brasil

Priscila Cardoso dos Santos^{1*}, Marlizete Maldonado Vargas² e Cláudia Moura de Melo³

¹Serviço de Acolhimento Institucional Anjos do Futuro, Rua Araua, 24, 49360-000, Boquim, Sergipe, Brazil. ²Programa de Graduação em Psicologia, Universidade Tiradentes, Aracaju, Sergipe, Brazil. ³Laboratório de Doenças Parasitárias e Infecciosas, Instituto de Tecnologia e Pesquisa, Aracaju, Sergipe, Brazil. *Autor para correspondência. E-mail: luckpri@yahoo.com.br

RESUMO. O Acolhimento Institucional é uma medida de proteção para crianças e adolescentes de caráter excepcional e provisório. A avaliação do funcionamento e dos funcionários dos SAI's é um tema de relevância social, pela preocupação quanto ao tipo de serviços ofertados aos acolhidos institucionalmente. Neste cenário, esta pesquisa tem por objetivo identificar as características do funcionamento e dos funcionários dos serviços de acolhimento institucional no território da Grande Aracaju/Sergipe no período de 2013 a 2015. Trata-se de um estudo quantitativo, que utilizou formulários para esta caracterização. Foram pesquisados 13 SAI's, todos dispunham de sala de TV, área de lazer e cozinha; 54,5% (6) sala de estudos; 27,3% (3) não tinham sala da equipe técnica; 90,9% (10) mantinham diálogo com o Ministério Público e programas municipais de diversas áreas; e todos SAI's tinham diálogo com o Conselho Tutelar, poder judiciário e programas da assistência social. 63 funcionários foram entrevistados, sendo 93,7% (59) mulheres, 49,2% (31) entre 25 a 35 anos. As oito coordenadoras eram mulheres, 37,5% (3) recebiam entre 2 e 4 salários mínimos; 50% (4) eram casadas e tinham filhos. Identificou-se a necessidade de qualificação dos funcionários, visto o alto índice de desconhecimento das questões políticas e legais que perpassam o universo infanto-juvenil

Palavras-chave: funcionários; acolhimento institucional; avaliação.

Characterization of institutional services of children and adolescents in the territory of Grande Aracaju, state Sergipe, Brazil

ABSTRACT. The Institutional Reception is a protection measure for children and adolescents of exceptional and provisional character. The evaluation of the functioning and the employees of the SAIs is a subject of social relevance, due to the concern about the type of services offered to this population. In this scenario, this research aims to identify the characteristics of the employees and the operation of institutional reception services in the territory of Grande Aracaju/Sergipe in the period from 2013 to 2015. It was a quantitative study, which used forms for this characterization. 13 SAI's were surveyed, all had TV room, leisure area and kitchen; 54.5% (6) study hall; 27.3% (3) did not have a technical staff room; 90.9% (10) maintained a dialogue with the Public Ministry and municipal programs in various areas; and all SAI's had dialogue with the Tutelary Council, judiciary and social assistance programs. 96 employees surveyed, with 93.7% (59) women, 25-35 years old 49.2% (31). The eight coordinators were women, 37.5% (3) received between 2 and 4 minimum wages; 50% (4) were married and had children. It was identified the need for qualification for the employees, given the high level of ignorance of the political and legal issues that permeate the universe of children and youth.

Keywords: staff; institutional reception; evaluation.

Introdução

O Acolhimento Institucional (AI) é uma das nove medidas de proteção aos direitos de crianças e adolescentes que estão contidas no artigo 101 do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Brasil, 1990). O AI se configura como uma modalidade excepcional e provisória de proteção à criança e ao adolescente, que deve visar o retorno dos acolhidos

para sua família. Para a manutenção e fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, o Serviço de Acolhimento Institucional (SAI) se configura como a instituição responsável pelo cumprimento desta medida e é dividido em duas modalidades: Casa-lar (com capacidade máxima de 10 acolhidos) e Abrigo Institucional (com capacidade máxima de 20 acolhidos).

O levantamento nacional de SAI's que foi realizado por Assis e Farias (2013) mostrou que havia 2.624 SAI's e 144 Serviços de Acolhimento em Família Acolhedora no país, divididos em 1.157 municípios das 27 unidades da federação. Os SAI's pesquisados tinham capacidade de atendimento para 52.587 crianças e estavam atendendo 70% de sua capacidade (36.929). Com relação à distribuição destes serviços por estados, os pesquisadores verificaram que nas regiões Norte e Nordeste estava o menor número de SAI's, com exceção de Roraima, Acre, Amapá e Sergipe que possuíam entre 2,2 a 4,1 SAI's por 100.000 crianças/adolescentes. Como o número de acolhimentos é variável, não há um número ideal de SAI's por habitantes. Existe, apenas, a orientação que municípios de pequeno porte (até 50.000 habitantes) tenham um SAI de gestão própria ou um consórcio com até três municípios circunvizinhos.

No estado de Sergipe, em 2015, existiam trinta e três SAI's dispostos nos oito territórios (treze na Grande Aracaju, oito no Sul Sergipano e nos demais territórios - Médio Sertão Sergipano, Alto Sertão Sergipano, Agreste Central, Leste Sergipano, Baixo São Francisco e Centro Sul Sergipano - com dois SAI's cada) sendo 14 na modalidade "Abrigo Institucional" e 19 na modalidade Casa-lar, Secretaria de Estado da Inclusão e Desenvolvimento Humano (SEIDH, 2015).

Estudos consagrados ao tema do acolhimento institucional, como o de Cavalcante, Magalhães e Pontes (2009), discutiram questões relacionadas aos acolhidos entre 2004 a 2005 em Belém; Cintra e Souza (2010) realizaram estudo a partir de pesquisa bibliográfica sobre o acolhimento no território Brasileiro e Salina-Brandão e Williams (2009) apresentaram dados referentes à qualidade dos abrigos em uma cidade localizada no interior de São Paulo. Estes últimos autores assinalaram que se trata de uma temática complexa e com diversos desdobramentos podendo, por isso, ser analisada a partir de aspectos históricos, sociais, legais, culturais e psicológicos. Assim, se configura numa temática de estudo interdisciplinar focada, essencialmente, no desenvolvimento da clientela.

A avaliação do funcionamento dos SAI's e de seus funcionários se apresenta como um tema de relevância social, pois representa a preocupação quanto ao tipo de serviços que atendam de uma melhor forma as necessidades específicas da população. A partir da Lei Nacional da Adoção (Lei n. 12010 de 2009), passou a prevalecer o princípio de atendimento local do acolhido, ou o mais próximo possível de sua comunidade, a avaliação semestral e a diminuição do número de acolhidos em cada serviço.

Para viabilizar a implantação dos SAI's no estado de Sergipe, em 2011, foi realizado um mapeamento no estado e aprovada a Lei de Cofinanciamento Estadual, que facilitou a implantação dos serviços nos municípios que se encaixavam nesta categoria. Assim, se iniciou o reordenamento dos SAI's, sendo que os municípios que aderiram ao mesmo passaram a acolher crianças e adolescentes de 0 a 18 anos incompletos de ambos os sexos, como preconiza o Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária - PNCFC e a Lei Nacional de Adoção (Brasil, 2006; 2009; SEIDH, 2015). Entretanto no território da Grande Aracaju, o município de Aracaju até o ano de 2016, continuava com a separação por sexo ou faixa etária, o que se contrapõe com os objetivos do reordenamento de não haver especialidade no acolhimento.

Em Sergipe as investigações sobre a temática do acolhimento institucional são escassas, limitando-se principalmente ao município de Aracaju. Neste município foram realizadas averiguações pelo Ministério Público de Sergipe nas instituições a fim de observar as condições de funcionamento das mesmas; além dos escritos de Tavares (2005), baseados num estudo realizado pela antiga Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania sobre a situação dos abrigos em Aracaju e o de Souza e Brito (2015) que fizeram uma discussão sobre pesquisas que analisaram a execução do acolhimento institucional de crianças e adolescentes em Aracaju.

Diante dessa conjuntura, este estudo teve como objetivo identificar as características do funcionamento e dos funcionários dos Serviços de Acolhimento Institucional no território da Grande Aracaju/Sergipe.

Materiais e método

Trata-se de um estudo quantitativo de caracterização dos Serviços de Acolhimento Institucional (SAI's) de crianças e adolescentes no território da Grande Aracaju e dos seus funcionários, no período de 2013 a 2015.

Participantes

O território da Grande Aracaju contava em 2015/16 com 13 SAI's, seis no município de Aracaju, dois em Nossa Senhora do Socorro, e os demais municípios - Laranjeiras, São Cristóvão, Barra dos Coqueiros, Itaporanga D'Ajuda e Santo Amaro das Brotas - com um SAI cada.

Todos os SAI's foram incluídos na pesquisa e contatados para visita. Verificou-se que dois estavam sem funcionar por falta de demanda de atendimento

– em Santo Amaro das Brotas e Itaporanga D'Ajuda. Assim, fizeram parte da pesquisa 11 SAI's localizados na região circunscrita, que são coordenados por oito profissionais, visto que os dois do município de Socorro possuem apenas uma coordenadora e as três casas-lares de Aracaju tem uma coordenadora.

Além disso, todos os funcionários das instituições foram convidados a responder o questionário com variáveis para caracterizar as equipes de trabalho dos SAI's. Entretanto, apenas 63 sujeitos participaram da pesquisa, pois encontrou-se dificuldade para entrevistar alguns funcionários que permaneciam nas instituições somente em plantão noturno, como os da guarda municipal.

Instrumentos e procedimentos

Inicialmente, solicitou-se a juíza da 16ª Vara da Infância e Juventude autorização para utilização dos dados contidos nos prontuários dos acolhidos do município de Aracaju (6). Após a autorização da mesma, contatou-se as coordenadoras de todos os SAI's da Grande Aracaju (13) e em seguida foram endereçadas as solicitações para realização da pesquisa, contendo sua natureza e objetivos. Após a aceitação dos mesmos, verificou-se que dois SAI's (Santo Amaro das Brotas e Itaporanga D'Ajuda) não se enquadravam no critério de inclusão.

Seguiu-se com as visitas aos SAI's para coleta de dados. Foram utilizados dois formulários para preenchimento dos dados relativos às características dos SAI's, constituídos de questões fechadas e abertas para o levantamento de informações sobre as variáveis: características da equipe e dos Serviços de Acolhimento Institucional.

Para a montagem dos formulários, foram utilizados como parâmetro instrumentos validados para coleta de dados semelhantes (Serrano, 2011; Lima, 2011). O Caderno do Sistema Único da Assistência Social – SUAS –, Ministério do Desenvolvimento Social (MDS, 2013) e o Levantamento Nacional de abrigos para crianças e adolescentes da rede de serviço de ação continuada, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea, 2003), foram as principais fontes para os instrumentos. Um dos formulários foi preenchido pela equipe técnica e de apoio dos SAI's, e suas variáveis tiveram o objetivo de levantar o perfil dos funcionários dos serviços; o outro formulário foi preenchido pelas coordenadoras, e tratou também da estrutura física e organizacional dos serviços, das ações desenvolvidas para o acolhido e sua família e formas de interlocução com a rede de atenção psicossocial.

Findada a coleta, os dados foram tabulados para as análises, onde as variáveis numéricas (quantidade

de cômodos dos SAI's e serviços próximos à instituição) foram testadas por meio do teste de Shapiro-Wilk quanto à distribuição de normalidade.

As variáveis paramétricas (faixa etária e tempo que as coordenadoras exercem a função) foram apresentadas por meio da média, desvio padrão e intervalos de confiança (IC) de 95%. As variáveis não paramétricas (idade dos funcionários e carga horária das coordenadoras) foram apresentadas por meio da mediana e seus quartis (1 e 3º quartil).

As variáveis categóricas (dados sociodemográficos e contratuais da equipe; faixa etária, formação, participação em órgãos colegiados e treinamento das coordenadoras; natureza da instituição; manutenção das despesas; orientação religiosa; especialidade no acolhimento; quem encaminha os acolhidos; localização dos SAI's; placa de identificação; tipo e condições do imóvel; ações desenvolvidas para o acolhido, com sua família e interlocução com a rede) foram apresentadas por meio das frequências absolutas e relativas.

Para tais análises foram aplicados os testes do Qui-quadrado ou exato de Fischer com auxílio do programa *Statistical Package for the Social Sciences (SPSS 15.0)*, adotando-se nível de significância a 5%.

Esta pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), com o parecer nº 1.611.766 e autorizado pela 16ª Vara da Infância e Juventude, por meio do processo nº 201511600901.

Resultados e discussão

Funcionários que trabalham nos SAI's da Grande Aracaju/Sergipe

A pesquisa foi realizada com 63 funcionários que fazem parte das equipes técnicas (psicólogo, assistente social, pedagogo) e de apoio (cuidador, cozinheiro, educador, e serviços gerais). A mediana de idade dos funcionários (Tabela 1) dos SAI's da Grande Aracaju, Sergipe foi de 35 anos (31-48).

A maioria dos funcionários das equipes dos SAIs (92,1%) nunca havia participado de nenhum órgão colegiado. Dentre os que participaram, 2 foram membros do fórum DCA (Direitos da Crianças e Adolescentes), 1 do CT (Conselho Tutelar) e 1 do CMDCA (Conselho Municipal dos Direitos das Crianças e Adolescentes).

Em relação a ter experiência prévia com o público alvo, a maioria dos funcionários (62%) já havia trabalhado anteriormente em outros locais com crianças e adolescentes; 34,9% (22) nunca tinham atuado com este público e 3,1% (2) não informaram. Quanto ao principal motivo ou estímulo para trabalhar nos SAI's, 44,4% dos

funcionários relataram motivação profissional; 25,4% alegaram que foram designados; 12,7 convidados e 17,5% não responderam.

Tabela 1. Características sociodemográficas e laborais dos funcionários dos SAI's da Grande Aracaju, Sergipe/Brasil. 2013 a 2015.

	n	%
Sexo		
Masculino	4	6,3
Feminino	59	93,7
Faixa etária		
25 a 30	14	22,2
31 a 35	17	27
36 a 40	6	9,5
41 a 45	5	7,9
46 a 50	7	11,1
51 a 55	6	9,5
56 a 60	3	4,8
61 a 65	1	1,6
Não informado	4	6,3
Escolaridade		
Superior completo	22	34,9
Superior incompleto	4	6,3
Ensino Médio Completo	24	38,1
Ensino Médio Incompleto	5	7,9
Ensino Fundamental Completo	1	1,6
Ensino Fundamental Incompleto	6	9,5
Não informado	1	1,6
Treinamento para a função		
Sim	28	44,4
Não	35	55,6
Tipo de contrato das equipes		
Estatutário	17	27
Cargo Comissionado	10	15,9
Prestação de serviços por tempo determinado	18	28,6
CLT	15	23,8
Não informado	3	4,8
Carga horária das equipes por horas		
12 a 19	2	3,2
20 a 25	4	6,4
30 a 40	24	38,1
42 a 45	11	18,5
46 a 48	8	12,7
Não informado	4	6,3

Quanto a renda, 54,1 dos funcionários apresentava uma renda de até 2 salários mínimos; 26,2 tinham de 2 a 4 salários; 9,8 de 4 a 10 salários; 3,3 de 10 a 20 salários e 6,6% não informaram. Aproximadamente 60 dos funcionários possuíam moradia própria, 42,9 relataram não ter companheiros e 69,9% tinham filhos. Com relação à dedicação integral aos SAIs, 62 possuíam outros vínculos laborais, enquanto 34,9 não trabalhavam em outro local e 3,1% (2) não informaram.

Perfil das coordenadoras dos SAI'S da Grande Aracaju/Sergipe

Os 11 SAI's pesquisados na Grande Aracaju possuíam 8 coordenadoras. Apesar de o estipulado ser um coordenador para cada SAI, nota-se que em alguns serviços - nas três Casas-lares de Aracaju e os dois Abrigos Institucionais em Socorro - haviam coordenadores responsáveis por mais de um SAI no seu município.

A respeito da equipe de coordenação, todas eram mulheres, na faixa etária de 28 a 49 anos, e média de 42,14 anos ($\pm 8,0$), tendo como tempo de função a média de 27,5 meses ($\pm 19,14$) e carga horária média de 36,75 horas ($\pm 7,85$) (Tabela 2). Dentre as oito coordenadoras que eram responsáveis pelos onze SAI's pesquisados, 75% já haviam trabalhado em outros locais; 50% foram convidadas para desempenhar tal função e 87,5% não tinha outro vínculo laboral.

Tabela 2. Características sociodemográficas e laborais das coordenadoras dos SAI's da Grande Aracaju, Sergipe/Brasil. 2013 a 2015.

	n	%
Faixa etária		
28 a 34	1	12,5
35 a 45	1	12,5
46 a 49	5	62,5
Não informado	1	12,5
Formação		
Economia	1	12,5
Pedagogia	2	25
Psicologia	1	12,5
Psicopedagogia	1	12,5
Serviço Social	3	37,5
Treinamento		
Sim	2	25
Não	5	62,5
Não informado	1	12,5
Órgão Colegiado		
Conselho Tutelar	1	12,5
CMDCA	1	12,5
Fórum DCA	1	12,5
Nenhuma	4	50
Não informado	1	12,5
Carga horária por horas		
20	1	12,5
30	1	12,5
40	5	62,5
44	1	12,5
Tempo de serviço por meses		
7	1	12,5
11	1	12,5
24	1	12,5
27	1	12,5
36	1	12,5
60	1	12,5
Não informado	2	25

Em relação às condições de vida e relações pessoais das coordenadoras dos SAI's da Grande Aracaju, 87,5 (7) possuíam casa própria; 37,5 (3) recebiam entre 2 e 4 salários mínimos; 50 (4) eram casadas e 37,5% (3) solteiras; 50% (4) afirmaram ter filhos.

Infraestrutura física e operacional dos SAI's da Grande Aracaju/Sergipe

Todos os serviços pesquisados apresentavam sala de TV, área de lazer e cozinha. Em 45,5 (5) haviam quatro quartos; em 54,5 (6) três banheiros e sala de estudos; e 63,6 (7) possuíam lavanderia e refeitório. Sobre a sala da equipe técnica, 27,3% (3) serviços não tinham esse cômodo. A dependência para

funcionários estava presente em 45,5% dos SAI's (5), sendo que 5 não responderam sobre a existência desse cômodo.

Dos onze SAI's pesquisados 27,3 (3) tinham especialidade no atendimento; 54,5 (6) eram municipais e 45,5% (5) ONG – Organização não governamental; todos mantinham as despesas através de convênios, no entanto 9,1% (1) também recebiam doações e 9,1% (1) além das doações tinham parcerias. Os SAI's possuíam registros nos conselhos municipais, sendo que 90,9 (10) eram registrados no Conselho Municipal dos Direitos das Crianças e Adolescentes (CMDCA), e 54,5% (6) no Conselho Municipal da Assistência Social (CMAS). Dentre as crianças e adolescentes acolhidos, 54,5 (6) foram encaminhados pela justiça (comarca e vara da infância e juventude) e 45,5% (5) pelo conselho tutelar.

Em relação aos imóveis onde funcionam os SAI's, apenas 12,5% (1) possuíam placa de identificação; 45,5 (5) eram próprios, 45,5 (5) alugados e 9% (1) cedidos; 27,35% (3) 72,7% foram construídos para atuarem como SAI; 90,9% (10), a maioria, encontrava-se em bom estado de conservação, possuíam esgotamento sanitário e condições de segurança para a equipe e acolhidos; todos tinham condições de higiene, ventilação e iluminação adequadas.

Próximos aos 11 SAI's pesquisados existiam alguns órgãos e serviços disponíveis, em 90,9 (10) dos SAI's existiam escolas, igrejas, ponto de ônibus e comércio em geral; em 72,7 (8) farmácias, praças e quadra de esportes; em 63,3 (7) hospitais; em 54,4 (6) delegacias e UBS; em 36,4 (4) feiras-livre e em 27,3% (3) creches.

Referente à quantidade de crianças e adolescentes por dormitório, 27,3 (3) tinham 3 acolhidos por dormitório, 9,1 (1) 4 acolhidos por dormitório, 36,4 (4) 6 acolhidos por dormitório e 9,1% (1) 8 acolhidos por dormitório, 18,2% (2) não responderam. Em 90,9% (10) dos SAI's as crianças possuíam pertences individuais; em 81,8% (9) havia espaços individuais para os acolhidos guardarem seus pertences e estes espaços eram de fácil acesso em todas as instituições.

Em relação às atividades ofertadas pelas instituições, todos os SAI's ofertavam atividades educacionais, culturais, atendimento psicológico, médico e odontológico, 90,9 (10) tinham atividades religiosas e sociais, 81,8 (9) atendimento jurídico e 72,2% (8) possuíam atividades esportivas. Todos os SAI's desenvolvem ações visando à reintegração familiar.

Ao verificar se as instituições possuíam interlocução com a rede de SGD – Sistema de

Garantia de Direitos – 90,9% (10) mantinham diálogo com o Ministério Público e com programas municipais de diversas áreas, 72,7% (8) com o CMDCA, 63,6% (7) com ONGs e todos SAI's tinham diálogo com o Conselho Tutelar, poder judiciário e programas da assistência social. Entretanto 54,5% (6) apresentavam problemas com esta rede SGD.

Dos 10 SAI's que responderam 70% (7) desenvolvem estratégias para um novo acolhimento, assim como propostas pedagógicas para as instituições. Todas as instituições tinham organização para suas rotinas diárias e festividades e todos os acolhidos estão inseridos na comunidade.

Sobre os horários de visitas, 90,9% (10) dos SAI's possuíam horários específicos para visitas e todos estão abertos para a flexibilização dos horários. Existe supervisão da equipe nas visitas aos acolhidos em 7 (63,6%) SAI's; os registros destas visitas ocorriam em 90,9% (10) dos SAI's. Todos possuíam trabalhos de preparação do acolhido para o desligamento; e havia incentivo à convivência com outras famílias em 90,9% (10) dos SAI's. De seis SAI's que responderam, 27,3% (3) relataram ter voluntários.

Os resultados deste estudo permitiram conhecer as características das instituições de acolhimento da Grande Aracaju e de seus funcionários.

Os SAI's da Grande Aracaju estão de acordo com as orientações técnicas do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente e Conselho Nacional de Assistência Social (Conanda & CNAS, 2009), que estabelecem uma equipe mínima para atender as necessidades dos acolhidos. Esta equipe é composta, nos abrigos institucionais, por coordenador, assistente social, psicólogo, um educador e um auxiliar para cada dez acolhidos e, nas casas-lares, por coordenador, assistente social e psicólogo para cada vinte acolhidos, em até três casas-lares, além de um educador residente e um auxiliar para cada dez acolhidos.

A presença feminina entre os funcionários dos SAI's correspondente a 93,7% (Tabela 3), algo que remonta ao surgimento dos acolhimentos, época em que as responsáveis pelos acolhidos eram mulheres religiosas, sem treinamento, com uma carga exaustiva e nenhuma recompensa financeira. Apesar das Orientações Técnicas nortearem que o serviço tenha continuidade (funcionários efetivos), há um alto índice de rotatividade dos funcionários, tendo em vista que apenas 27% é servidor público efetivo, além dos baixos salários, excesso de trabalho e/ou carga horária, assemelhando-se aos dados encontrados no levantamento nacional de Assis e Farias (2013).

Situação que pode criar obstáculos na interação e troca de estímulos e experiências entre funcionários e acolhidos, pois a equipe tende a ficar mais voltada a suprir as necessidades básicas (alimentação, higiene e saúde) dos acolhidos o que, também, pode ser reforçado pela falta de preparo para desempenhar a função (Cavalcante, Magalhães, & Reis, 2014). Lacerda e Guimarães (2011) acreditam que é urgente o preparo destas equipes para que possam atender as necessidades dos acolhidos, uma vez que cada acolhido apresenta uma necessidade distinta, e quando não atendida de forma personalizada pode acarretar dificuldades no desenvolvimento do acolhido. (Pereira et al., 2010).

Existem variações entre as instituições de país para país, dentro do próprio país, e ao longo do tempo, mas algumas características são comumente relatadas, como as estruturas físicas que, embora algumas sejam adequadas, podem ser bastante escassas; o grande número de acolhidos; sistema de plantão dos cuidadores; interações entre cuidador e criança tendem a ser limitadas e superficiais; algumas destas semelhanças estruturais e de atendimento são em detrimento de normas e orientações seguidas pelas instituições (Mccall, 2013; Ministério de Inclusión Económica y Social [MIES], 2014). No Brasil as diretrizes que norteiam como deve ser a estrutura e a forma de se ofertar esse serviço são determinadas pela Lei Nacional de Adoção e o PNCFC. Dos SAI's pesquisados, 90,9% estavam em consonância com essas diretrizes no que tange a parte estrutural, mas quanto aos serviços houve variação a depender do qual era ofertado (Brasil, 2006; 2009).

Destarte, o SAI deve se assemelhar a uma residência e interagir com a comunidade da qual faz parte, seja através da utilização dos serviços disponíveis naquele local, seja com as próprias pessoas de seu entorno, por isso não deve haver nenhum tipo de identificação (placa) no SAI que aponte que se trata de uma instituição, situação destoante em um SAI pesquisado. Outro fator importante é o respeito à religião de cada um, não devendo 'o SAI' determinar qual a religião a ser seguida pelo acolhido, o que também pode ser visto em apenas um SAI, onde foi afirmado que os acolhidos praticam a religião católica (Baptista, 2006; MIES, 2014).

Em virtude do reordenamento dos SAI's houve a municipalização dos serviços, que tem como objetivo possibilitar a manutenção dos vínculos familiares do acolhido, tendo em vista que quanto mais próximo da sua localidade de origem, mais fácil será a manutenção e reinserção do acolhido na sua família e comunidade e, como foi observado, todos

os SAI's da Grande Aracaju têm seguido esta determinação. A manutenção das despesas é realizada por meio de convênios com os entes federados (Município, Estado e União); um dos SAI's, além deste convênio, tinha parcerias e outro SAI tinha parcerias e também recebia doações.

No município de Aracaju os três SAI's (modalidade abrigo institucional) possuíam especialidade no atendimento, o que está em desacordo com as orientações técnicas, sendo que um acolhe apenas meninas, outro apenas meninos e um terceiro acolhe crianças até os seis anos. Essa situação tende a fragilizar os vínculos familiares pois, geralmente, estas crianças e adolescentes são acolhidas com os outros irmãos e por conta deste modelo são separados (por faixa etária ou sexo), o que dificulta a adaptação nos SAI's e causa no acolhido um sentimento de punição, já que além de ter sido retirado da sua família e comunidade, foi separado, novamente, de seu grupo de irmãos (Cavalcante & Corrêa, 2012; Brito, Rosa, & Trindade, 2014).

A metade dos SAI's da Grande Aracaju relatou ter crianças especiais em acolhimento no momento da pesquisa, isso sugere que a estrutura física das instituições está de acordo com os padrões de atendimento a pessoas com necessidades especiais, pois, mesmo os que não acolhiam esse público naquele momento, indicaram estar preparados para um futuro acolhimento (Wiik et al., 2010; Dozier, Zeanah, Wallin, & Shauffer, 2012; MIES, 2014).

Na estrutura dos SAI's foi assinalado que apenas um não possuía aspectos de uma residência e, apesar de ter passado por reformas com o intuito de adaptar as estruturas, a instituição ainda resguardava um aspecto do modelo anterior de abrigamento, com quartos, refeitórios e banheiros coletivos. Os demais relatavam ter estruturas confortáveis quanto a ventilação e iluminação, com locais específicos para as atividades rotineiras dos acolhidos, como também havia a preocupação com a individualidade dos mesmos, visto que apenas um SAI informou que os acolhidos não possuíam objetos pessoais de uso individual e dois não dispunham de locais individuais para que os acolhidos guardassem seus pertences (Dozier et al., 2012; MIES, 2014; Rocha, Arpini, & Savegnago, 2015).

Como no estudo de Rosa, Santos, Silva, e Souza (2010), nesta pesquisa o Conselho Tutelar era o órgão que mais fazia encaminhamentos para o acolhimento, o que poderia ser criticado, pois, em alguns casos, o referido órgão não buscou outras opções, sendo o AI a primeira alternativa para solucionar a situação, o que contradiz o ECA. Além disso, a equipe fazia o planejamento das regras de

convivência, das atividades rotineiras e festivas, visto que, para tentar fazer com que o ambiente seja semelhante a uma residência, é necessário, para a manutenção e agilidade do serviço, a criação de algumas regras e de uma rotina a ser seguida, tanto pela equipe como pelos acolhidos, além de planejar os novos acolhimentos.

O processo de reinserção familiar tem início a partir do acolhimento em todos os SAI's pesquisados. A equipe começa a analisar cada caso em busca de alternativas para a resolução do problema que gerou o acolhimento e, neste momento, se faz muito importante a parceria com a rede de Sistema de Garantia de Direitos (SGD). A rede SGD abrange desde o MP e demais órgãos relacionados ao judiciário, até serviços públicos municipais e sociedade civil. Sua meta é a de garantir os direitos das crianças e adolescentes, principalmente daqueles que estão em acolhimento, cujos direitos foram violados (Mccall, 2013; Brito et al., 2014).

Os acolhidos são encaminhados a serviços municipais de saúde, educação, assistência social, cultura e outros que sejam necessários, assim como seus responsáveis são encaminhados a estes ou outros serviços que possibilitem sanar o motivo do acolhimento e reestruturar a família. Porém, a interlocução com esta rede não se dá num fluxo tão contínuo, já que existem entraves e repasses de responsabilidade entre os atores desta rede. Isso dificulta o andamento do processo de reinserção familiar, pois, como verificado em nossa pesquisa, 54,5% dos SAI's tinham problemas com a rede de SGD (Cintra & Souza, 2010; Magalhães, Costa, & Cavalcante, 2011; Ianelli, Assis, & Pinto, 2015).

A maleabilidade nos horários e dias de visitas dos acolhidos é fundamental, uma vez que alguns dos responsáveis não podem comparecer no dia e horário determinado pela instituição. O estudo verificou que nos SAI's da Grande Aracaju existe essa visão da equipe, visto que todos demonstram flexibilidade, e também que apenas um não supervisionava e não registrava as visitas, o que tende a dificultar possíveis intervenções com acolhidos e familiares, já que esses dados são importantes para possibilitar o retorno ao convívio familiar (Oliveira & Pereira, 2011; Brito et al., 2014).

Considerações finais

A partir dos dados obtidos sobre os funcionários, verificou-se que houve uma maior prevalência do sexo feminino compondo a equipe técnica dos serviços de acolhimento. Esse indicativo pode se caracterizar devido ao fato de que cargos de trabalho

voltados ao cuidado do ser humano são mais adotados e difundidos por pessoas do sexo feminino. Como a maioria dos funcionários ocupa o cargo de cuidador, nota-se que estes, assim como o esperado, possuem o Ensino Médio completo. Tanto a equipe técnica quanto os demais funcionários dos serviços de acolhimento institucional da grande Aracaju são considerados relativamente jovens, uma vez que a maioria se encontra na faixa etária entre 25 a 35 anos, não chegando à meia-idade.

Dos SAI's estudados, as informações acerca da equipe mínima para atender os acolhidos estão de acordo com as Orientações Técnicas, mas, ainda assim, foi observado que esse número não atende na totalidade as necessidades dos mesmos.

Destacamos o baixo percentual de funcionários que realizaram treinamento para desempenhar as respectivas funções nos SAI's apontando a necessidade dos municípios investirem em capacitações iniciais e duráveis, a fim de tornar estes funcionários mais capacitados para desenvolverem ações específicas que visam amenizar as condições de vulnerabilidade dos acolhidos.

Outro dado que merece destaque encontra-se no alto quantitativo de funcionários que nunca participaram de órgãos ligados às políticas em defesa da criança e do adolescente, apontando assim a falta de conhecimento acerca das questões políticas e legais que perpassam o universo infanto-juvenil e a importância de haver qualificação destes funcionários.

Dos SAI's estudados, verificou-se o cumprimento dos direitos previstos no ECA e nas Orientações Técnicas para os Serviços de Acolhimento, sobretudo no que se refere à parte estrutural, à oferta e proximidade de serviços essenciais, às estratégias de organização da rotina e espaços, intervenção com a família para promover a reinserção familiar e preparação para o desligamento, sendo a única exceção o município de Aracaju, que está em desacordo com a orientação de não haver especialidade no acolhimento.

Os acolhidos dos SAI's estão inseridos na comunidade, entretanto, é notório que há pouca participação de voluntários nos serviços. Além disso, é essencial que exista uma melhor articulação com a rede SGD, já que um dos entraves que ocorrem no fluxo desta rede pode ter relação direta com a maior permanência dos acolhidos nos SAI's.

O preenchimento criterioso dos prontuários, ou PIAs, dos acolhidos e de seus familiares é de suma importância, considerando que o registro completo dessas informações, tais como os momentos de visitas aos acolhidos, são uma amostra representativa da realidade e podem auxiliar na construção de

programas, projetos e políticas públicas que visem minimizar os efeitos do acolhimento, como também diminuir o número de acolhidos.

Resaltamos que em virtude da mudança de gestão, em 2017, houve alterações nos SAIs de Aracaju, sendo que atualmente existem apenas os Abrigos Caçula Barreto e Sorriso e 4 Casas-Lares.

Referências

- Assis, S. G., & Farias, L. O. P. (2013). *Levantamento nacional das crianças e adolescentes em serviço de acolhimento*. São Paulo, SP: Hucitec.
- Baptista, M. V. (2006). Um olhar para a história. In M. V. Baptista (Coord.), *Abrigo: comunidade de acolhida e socioeducação* (p. 24-36). São Paulo, SP: Instituto Camargo Corrêa.
- Brasil. (1990). Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei Federal nº 8069, de 13 de julho de 1990. Brasília, DF: *Diário Oficial da União*.
- Brasil. (2009). Lei 12.010 de 03 de agosto de 2009. Dispõe sobre adoção; altera as Leis nºs 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, 8.560, de 29 de dezembro de 1992; revoga dispositivos da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, e da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943; e dá outras providências. Brasília, DF: *Diário Oficial da União*.
- Brasil. Presidência da República. (2006). *Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária*. Brasília, DF: Secretaria Especial dos Direitos Humanos.
- Brito, C. O., Rosa, E. M., & Trindade, Z. A. (2014). O Processo de reinserção familiar sob a ótica das equipes técnicas das instituições de acolhimento. *Temas em Psicologia*, 22(2), 401-413. doi: 10.9788/TP2014.2-11
- Cavalcante, L. I. C., & Corrêa, L. S. (2012). Perfil e trajetória de educadores em instituição de acolhimento infantil. *Cadernos de Pesquisa*, 42(146), 494-517. doi: 10.1590/S0100-15742012000200010
- Cavalcante, L. I. C., Magalhães, C. M. C., & Pontes, F. A. R. (2009). Processos de saúde-doença entre crianças institucionalizadas: Uma visão ecológica. *Ciência e Saúde Coletiva*, 14(2), 615-625. doi: 10.1590/S1413-81232009000200030
- Cavalcante, L. I. C., Magalhães, C. M. C., & Reis, D. C. (2014). Análise comparativa do perfil de crianças em acolhimento institucional nos anos de 2004 e 2009. *Psico*, 45(1), 90-99.
- Cintra, A. L., & Souza, M. (2010). Institucionalização de crianças: leituras sobre a produção da exclusão infantil, da instituição de acolhimento e da prática de atendimento. *Revista Mal-Estar e Subjetividade*, 10(3), 809-833.
- Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente [CONANDA]; Conselho Nacional de Assistência Social [CNAS]. (2009). *Orientações técnicas: Serviços de acolhimento para crianças e adolescentes*. Brasília, DF: Conanda/CNAS.
- Dozier, M., Zeanah, C., Wallin, A. R., & Shaffer, C. (2012). Institutional care for young children: review of literature and policy implications. *Social Issues and Policy Review*, 6(1), 1-25. doi: 10.1111/j.1751-2409.2011.01033.x
- Ianelli, A. M., Assis, S. G., & Pinto, L. W. (2015). Reintegração familiar de crianças e adolescentes em acolhimento institucional em municípios brasileiros de diferentes portes populacionais. *Ciência e Saúde Coletiva*, 20(1), 39-48. doi: 10.1590/1413-81232014201.19872013
- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada [IPEA]. (2003). *Levantamento nacional de abrigos para crianças e adolescentes da rede de serviço de ação continuada (SAC)* (Relatório de pesquisa, n. 1). Brasília, DF: IPEA.
- Lacerda, F. S., & Guimarães, L. A. (2011). “Assistir Robocop lá é chato!”: conversando com crianças sobre suas vivências no abrigo institucional. In M. C. Rossetti-Ferreira; S. A. Serrano; & I. G. Almeida (Orgs.), *O acolhimento institucional na perspectiva da criança* (p. 235-272). São Paulo, SP: Hucitec.
- Lima, S. S., & Berger, M. A. A. (2011). A Casa Maternal Amélia Leite (1947-1970) – Uma instituição educativa de proteção à maternidade e à infância. *Cadernos de História da Educação*, 10(2), 315-325.
- Magalhães, C. M. C., Costa, L. N., & Cavalcante, L. I. C. (2011). Percepção de educadores de abrigo: o seu trabalho e a criança institucionalizada. *Revista Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento Humano*, 21(3).
- Mecall, R. B. (2013). The consequences of early institutionalization: can institutions be improved? – should they? *Child Adolesc Ment Health*, 18(4), 193-201. doi: 10.1111/camh.12025
- Ministério de Inclusión Económica y Social [MIES]. (2014). *Normas técnicas de la prestación de los servicios en centros de acogimiento institucional*. Quito, EC: MIES.
- Ministério do Desenvolvimento Social [MDS]. (2013). *Caderno Suas VI: financiamento da assistência social no Brasil*. Brasília, DF: Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, Secretaria Nacional de Assistência Social.
- Oliveira, C. A., & Pereira, E. G. (2011). Estudo sobre a Lei Nacional de Adoção: institucionalização, acolhimento familiar e cadastros. *Contextos Clínicos*, 4(2), 113-122.
- Pereira, M., Soares, I., Dias, P., Silva, J., Marques, S., & Baptista, J. (2010). Desenvolvimento, psicopatologia e apego: estudo exploratório com crianças institucionalizadas e suas cuidadoras. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 23(2), 222-231. doi: 10.1590/S0102-79722010000200004
- Rocha, P. J., Arpini, D. M., & Savegnago, S. O. (2015). Significados atribuídos por mães acerca do acolhimento institucional, reintegração e rede de atendimento. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 35(1), 111-124. doi: 10.1590/1982-3703002312013

- Rosa, E. M., Santos, A. P., Silva, C. R., & Souza, M. R. (2010). Contextos ecológicos em instituição de acolhimento para crianças. *Estudos de Psicologia, 15*(3), 233-241.
- Salina-Brandão, A., & Williams, L. C. A. (2009). O abrigo como fator de risco ou proteção: avaliação institucional e indicadores de qualidade. *Psicologia Reflexão e Crítica, 22*(3), 334-352. doi: 10.1590/S0102-79722009000300003
- Secretaria de Estado da Inclusão, Assistência e do Desenvolvimento Social [SEIDS]. (2015). *Governo de Sergipe inaugura Abrigos Regionais*. Recuperado em 19 setembro, 2016, de <http://agencia.se.gov.br/>
- Serrano, A. S. (2011). Quem são as crianças institucionalizadas e suas famílias? Refletindo sobre os indicadores de abrigamento em Ribeirão Preto. In M. C. Rossetti-Ferreira, A. S. Serrano, & I. G. Almeida (Orgs.), *O acolhimento institucional na perspectiva da criança* (p. 86-118). São Paulo, SP: Hucitec.
- Souza, F. H. O., & Brito, L. M. T. (2015). Acolhimento institucional de crianças e adolescentes em Aracaju. *Psicologia, Clínica, 27*(1), 41-57.
- Tavares, M. (2005). *Crianças e adolescentes em situação de abrigo: um retrato em branco e preto*. Aracaju, SE: Infographics.
- Wiik, K. L., Loman, M. M., Ryzin, M. J. V., Armstrong, J. M., Essex, M. J., Pollak, S. D., & Gunnar, M. R. (2010). Behavioral and emotional symptoms on post-institutionalized children in middle childhood. *Journal of Child Psychology and Psychiatry, 52*(1), 56-63. doi: 10.1111/j.1469-7610.2010.02294.x

Received on February 2, 2017.

Accepted on November 20, 2017.

License information: This is an open-access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.